



Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	-----
EMENTA		
1- Sen. Paulo Paim - Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda.		
MODALIDADE DE EMENDA		
Comissão		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
20 - Orçamento da Seguridade Social		
ÁREA DE GOVERNO		
23 - Trabalho		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO	
078 - Apoio a/o-aos	045 - Estudos e Pesquisas	
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO		
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	11.571.2310.20YY.	
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	
11 - Trabalho	571 - Desenvolvimento Científico	
PROGRAMA		
2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda		
AÇÃO		
20YY - Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda		
SUBTÍTULO		
- Nacional		
LOCALIDADE BENEFICIADA	COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
9000000 - Nacional		

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Relatório emitido (unidade)		5
		em R\$ 1.00
GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP
3 Outras Despesas Correntes	50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	6
		ACRÉSCIMO
		50.000.000
	TOTAL:	50.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	CANCELAMENTO
SEQUENCIAL FONTE GND				
000003557 1000 9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	50.000.000
	TOTAL:	50.000.000		

JUSTIFICATIVA
O DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, é uma instituição civil de utilidade pública, sem fins lucrativos ou econômicos. Desenvolve pesquisas, estudos e conhecimento científico sobre a realidade socioeconômica do país, com destaque para as questões do trabalho e das diversas dimensões da vida dos trabalhadores, da renda e da negociação coletiva. Todas as pesquisas e estudos realizados pelo DIEESE são disponibilizados gratuitamente para toda a sociedade, através de diversos canais de difusão e esta ação visa o desenvolvimento das seguintes pesquisas e estudos.
1) Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos
Atualmente o DIEESE pesquisa a Cesta de Alimentos, conforme definida pelo Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamentou o salário mínimo no Brasil e vigora até os dias atuais. O Decreto determinou que a cesta de alimentos fosse composta por treze produtos alimentícios em quantidades suficientes para garantir, durante o mês, o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta. Os bens e quantidades estipuladas foram diferenciados de região para região, de acordo com os hábitos alimentares locais. A pesquisa da Cesta Básica de Alimentos do DIEESE é realizada em 17 capitais do Brasil e acompanha, mensalmente, a evolução dos preços de produtos de alimentação e o gasto mensal de um trabalhador para adquiri-los, bem como as horas de trabalho necessárias ao

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5038 - Com Missa Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad	Comissão Mista do Congresso
Assinatura:	Credenciado:



Relatório de espelho de Emendas

JUSTIFICATIVA

indivíduo que ganha salário mínimo para a obtenção destes bens.

2) Salário Mínimo Necessário

Com base nos resultados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica, o DIEESE estima o salário mínimo necessário para o sustento do trabalhador e de sua família, conforme tem sido assegurado historicamente pela legislação brasileira.

3) Índice de Custo de Vida (ICV)

O ICV-DIEESE é calculado mensalmente, desde 1959, no município de São Paulo, com base em uma cesta de produtos e serviços definida por meio de Pesquisas de Orçamento Familiar, realizadas nos anos de 1958, 1969/70, 1982/83 e 1994/95, com o objetivo de adequar o índice às mudanças de hábitos de consumo das famílias paulistanas. O DIEESE divulga quatro taxas de inflação, a saber: a) Índice geral - abrange todos os domicílios. b) Estrato 1 - corresponde ao índice referente ao terço inferior da distribuição de renda, que compreende as famílias de menor poder aquisitivo (renda média de R\$ 377,40, a preços de junho/96). c) Estrato 2 - corresponde à inflação do terço das famílias com renda intermediária (renda média de R\$ 934,17, a preços de junho/96). d) Estrato 3 - corresponde ao índice referente ao terço das famílias de maiores rendas (renda média de R\$ 2.978,90, a preços de junho/96). As pesquisas de preços de alimentos realizadas pelo DIEESE se revestem de grande relevância para a sociedade brasileira por permitir:

- Avaliar o impacto sobre a inflação e sobre o poder de compra dos salários; e sobre o custo de vida dos trabalhadores de mais baixa renda;
- Comparar o preço dos alimentos em várias capitais do Brasil e divulgar os dados para toda a sociedade;
- Dar maior consistência analítica e prospectiva/tendência do comportamento da inflação em função das expectativas do comportamento dos preços dos alimentos;
- Estimar o impacto dos preços no varejo sobre a alimentação fora do domicílio.
- Analisar a formação dos preços, por meio da compra entre o atacado e varejo;
- Prospectar tendências para frente;
- Formular políticas setoriais de:

o apoio à agricultura familiar que fornece grande parte dos produtos alimentares;

o desenvolver políticas em relação às commodities;

o abastecimento e sazonalidade;

o em caso de choques de oferta;

Finalmente, é importante destacar a importância da alimentação para a segurança nacional do país, como elemento estratégico para se pensar políticas públicas e pensar o crescimento e desenvolvimento da Nação.

Ainda, para os indivíduos de renda mais baixa e para suas famílias, a elevação acentuada do custo da alimentação e dos demais itens de primeira necessidade coloca em risco sua segurança alimentar e sua condição de vida. As famílias de menor renda despendem mais de $\frac{1}{4}$ dessa renda apenas com alimentação, de modo que um processo contínuo e acentuado de alta dos preços dos produtos alimentícios, afeta o poder de compra dos salários, reduz parte dos ganhos da elevação da renda e reduz a disponibilidade de recursos que excedem o compromisso com as primeiras necessidades.

Entender o funcionamento dos mercados de bens de primeira necessidade, especialmente na diversidade dos espaços urbanos no vasto território nacional, com destaque para o dos produtos alimentícios, é condição para viabilizar a melhoria das condições de vida das famílias mais pobres e, destarte, enfrentar a desigualdade no país.

Relações de Trabalho, Sindicatos e Negociação Coletivas

Para a análise das relações de trabalho no Brasil, o DIEESE criou os Sistemas de Acompanhamento de Informações Sindicais (SAIS), área responsável para o registro e análise dos processos de negociação coletiva e seus resultados.

O SAIS é composto por três sistemas de acompanhamento, todos criados nos anos 1990.

4) Acompanhamento das Negociações Coletivas e dos Salários

O primeiro deles, o Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas (SACC-DIEESE), foi criado para o registro do conteúdo dos acordos e convenções coletivas de trabalho de um painel selecionado de categorias profissionais, consideradas paradigmáticas em termos econômicos e regionais. Dos acordos e convenções coletivas - doravante chamados de instrumentos coletivos - são registradas informações tais como: entidades assinantes, abrangência do instrumento, vigência, data-base e, principalmente, as cláusulas que os compõem, estas segundo metodologia desenvolvida especialmente para a identificação dos conteúdos de cláusulas. Atualmente, o painel do SACC-DIEESE é composto por 225 negociações coletivas anuais.

O segundo sistema, chamado de Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), visa ao registro dos pisos e reajustes salariais de um painel de categorias profissionais igualmente selecionadas. Ele engloba as negociações acompanhadas pelo SACC-DIEESE, e acrescenta outras, alcançando a marca de 800 negociações coletivas ao ano.

5) Sistema de Acompanhamento de Greves

Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE) é o terceiro sistema, e registra informações sobre a deflagração, processo e resultado das greves realizadas em todo o território brasileiro. A principal fonte de dados do SAG-DIEESE são as notícias coletadas na imprensa e nas próprias entidades sindicais. Seu painel contempla o universo de greves realizadas no Brasil desde a retomada dos movimentos paredistas, em 1978, e registra mais de 13 mil greves em todo o período.

A importância do trabalho do DIEESE no acompanhamento e análise das negociações coletivas é reconhecido não apenas pelo movimento sindical brasileiro, como também por universidades, instituições de pesquisa, órgãos do Estado e organizações internacionais.

Pesquisas e Estudos sobre o Mercado de Trabalho

Para o entendimento da estrutura e acompanhamento das dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro, o DIEESE, como outros institutos e núcleos de pesquisa voltados ao mundo laboral, realiza estudos e análises sobre dados de registros administrativos e da pesquisa socioeconômica oficial do país (PNADC).

6) Índice da Condição do Trabalho O DIEESE desenvolveu esse indicador em 2019, para compreender o mercado de trabalho a partir de uma visão multidimensional.

AUTOR DA EMENDA

5038 - Com Mista Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad

TIPO AUTOR

Comissão Mista do Congresso

Assinatura: _____

Credenciado: _____



Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 29/2023 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024

Relatório de espelho de Emendas

JUSTIFICATIVA

Tratasse de um indicador sintético, construído com base em um amplo conjunto de indicadores sobre ocupação, renda e formas de contratação que incluem contribuição previdenciária, tempo de procura de trabalho, desigualdade de renda, entre outros.

O ICT-DIEESE varia entre 0 e 1, e é resultado da composição de três dimensões: ICT-Inserção Ocupacional, ICT-Desocupação e ICTRendimento. Quanto à interpretação e análise, ressalva-se que o indicador não estabelece qual seria a condição ideal do trabalho, apenas indica que quanto mais próximo o valor do índice estiver de 1, melhor a situação geral do mercado de trabalho e, quanto mais próximo de zero, pior.

7) Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

A contribuição mais potente do DIEESE, contudo, é original e tem trajetória mais longa, porque, para aferir e monitorar as condições do mercado de trabalho nacional, uma metodologia completa e singular foi desenvolvida. Esta metodologia foi sintetizada na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

A PED foi elaborada na primeira metade dos anos de 1980 com o objetivo de interpretar o impacto do esgotamento da estratégia econômica de substituição de exportações sobre o trabalho e a renda de grandes centros urbanos do Brasil, considerando a especificidade do modelo de desenvolvimento periférico que define a economia brasileira.

Ao longo dos anos de 1990, esta metodologia permitiu acompanhar as consequências sociais das mudanças econômicas, por meio de indicadores precisos de todas as modalidades de desemprego (aberto; oculto pelo trabalho precário; e, disfarçado pelo desalento) e das oscilações da inatividade, reveladas por ondas desalento e engajamentos circunstanciais no mercado de trabalho.

Nas primeiras duas décadas dos anos 2000, com presença nas 07 maiores áreas metropolitanas brasileiras e refletindo o cotidiano de um contingente de aproximadamente 35 milhões de trabalhadores, através da PED se viu a transição da política de restrição para os efeitos do cunho distributivo do Salário Mínimo valorizado, transferência de renda e gastos públicos ativos.

Atualmente, a PED segue em execução no Planalto Central, na região denominada Área Metropolitana de Brasília, formada pelo Distrito Federal e seu entorno, onde são coletadas informações de 36.000 domicílios/ano. Para esta região, além de taxas de desemprego precisas, formas de trabalho precarizado por baixos níveis de utilização do tempo, remuneração e segurança são mensalmente divulgadas.

Dante de tantas e profundas transformações do mercado de trabalho, é preciso um desenvolvimento metodológico permanente.

AUTOR DA EMENDA

5038 - Com Mista Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad

Assinatura: _____

TIPO AUTOR

Comissão Mista do Congresso

Credenciado: _____



Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	-----
EMENTA		
3 - Sen. Paulo Paim - Ações Socioassistenciais a Imigrantes e Refugiados.		
MODALIDADE DE EMENDA		
Comissão		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
20 - Orçamento da Seguridade Social		
ÁREA DE GOVERNO		
06 - Assistência Social		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO	
078 - Apoio a/o-aos	285 - Atenção à Família/Criança/Adolesc./Idoso/Pessoa com defic.	

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	55901 - Fundo Nacional de Assistência Social
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	08.244.5131.219G.
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
08 - Assistência Social	244 - Assistência Comunitária
PROGRAMA	
5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	
AÇÃO	
219G - Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	
SUBTÍTULO	
- Nacional	
LOCALIDADE BENEFICIADA	COMPLEMENTO DA LOCALIDADE
9000000 - Nacional	

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR	
Ente federativo apoiado (unidade)		50	
3 Outras Despesas Correntes	41 Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	6	em R\$ 1,00 100.000.000
		TOTAL:	100.000.000
CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS	MODALIDADE DE APLICAÇÃO		
SEQUENCIAL FONTE GND	ID	RP	CANCELAMENTO
000003557 1000 9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0 2	100.000.000
		TOTAL:	100.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa que nos últimos anos, o Brasil vem passando por um aumento do fluxo migratório de estrangeiros para o território nacional, trazendo um grande desafio para a oferta de políticas públicas adequadas às especificidades dos diversos grupos, e que sejam capazes de atender ao repentina aumento da demanda. Ciente da situação de vulnerabilidade em que se encontram muitos dos estrangeiros que migram para o Brasil, os operadores do Sistema Único de Assistência Social vem ocupando os mais diversos campos de sua atuação para garantir os direitos dos migrantes. O fenômeno da migração se manifesta de muitas formas no território nacional, apresentando especificidades. O primeiro passo para se definir o direito socioassistencial de pessoas em situação migratória é reconhecer que migrantes são sujeitos de direitos, com diretos e proteções asseguradas tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto no plano internacional. No caso específico dos migrantes que ingressam no país e solicitam refúgio, os dispositivos legais nacionais conferem o direito de permanência temporária em território nacional tanto aos indivíduos que solicitaram refúgio e aguardam a manifestação das autoridades brasileiras, quanto àqueles que tiveram o pedido indeferido, mas não podem ser transferidos ao seu país de origem por questões

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5038 - Com Mista Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad	Comissão Mista do Congresso
Assinatura: _____	Credenciado: _____



Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 29/2023 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024

Relatório de espelho de Emendas

JUSTIFICATIVA

humanitárias. Também é importante salientar que eventual ingresso irregular no território nacional não impede a solicitação de refúgio, e ainda, estende proteção à família do solicitante. Diante do exposto solicito a apreciação e aprovação desta emenda.

AUTOR DA EMENDA

5038 - Com Mista Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad

Assinatura: _____

TIPO AUTOR

Comissão Mista do Congresso

Credenciado: _____



Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	-----
EMENTA		
2 - Sen. Paulo Paim - Fiscalização e enfrentamento ao trabalho análogo ao escravo.		
MODALIDADE DE EMENDA		
Comissão		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		
ÁREA DE GOVERNO		
23 - Trabalho		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO	
078 - Apoio a/o-aos	479 - Segurança no Trabalho	
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO		
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	11.125.2310.20YU.	
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	
11 - Trabalho	125 - Normatização e Fiscalização	
PROGRAMA		
2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda		
AÇÃO		
20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho		
SUBTÍTULO		
- Nacional		
LOCALIDADE BENEFICIADA	COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
9000000 - Nacional		

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Fiscalização realizada (unidade)		100
		em R\$ 1,00
GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	6
4 Investimentos	90 Aplicações Diretas	6
		ACRÉSCIMO
		100.000.000
	TOTAL:	100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	CANCELAMENTO
SEQUENCIAL FONTE GND				
000003557	1000	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0 2 100.000.000
				TOTAL: 100.000.000

JUSTIFICATIVA
A política brasileira de enfrentamento ao trabalho análogo ao escravo é referência nacional e internacional, elogiada por organismos internacionais como a ONU e a OIT. A própria condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo famoso caso Fazenda Brasil Verde fez com que Estado assumisse uma série de compromissos públicos para a superação de lacunas legislativas e de políticas públicas para a erradicação do trabalho análogo ao escravo em seu território. Os dados do Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil, da Secretaria de Inspeção do Trabalho (Ministério da Economia), indicam que mais de 55 mil trabalhadores já foram resgatados de condições análogas à de escravo por operações da Inspeção do Trabalho desde a criação dessa política em 1995. Entretanto, cortes orçamentários na Inspeção do Trabalho, realizados desde 2014, vêm impactando o número de operações, o tipo de locais e atividades atingidas e, consequentemente, o número de trabalhadores resgatados. Quanto mais isolado geograficamente o local da denúncia, maiores os custos da operação. Dessa forma, operações em áreas rurais - onde estão a maior parte dos trabalhadores

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5038 - Com Missa Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad	Comissão Mista do Congresso
Assinatura:	Credenciado:



Relatório de espelho de Emendas

JUSTIFICATIVA

resgatados desde 1995 - são realizadas em menor frequência, tendo, portanto, impacto direto na política pública brasileira de enfrentamento a essa violação. Vale lembrar que, também em áreas mais isoladas, é comum que o trabalho escravo esteja associado a outras violações, como tráfico de pessoas, e outros crimes como desmatamento ilegal. Esse enfrentamento, portanto, também é parte de uma política maior de combate a violações de direitos humanos e ambientais nas cadeias produtivas localizadas no país.

A base legal para esta emenda é a seguinte:

- Art. 21, XXIV, da Constituição Federal;
- Convenção nº. 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada por meio do Decreto nº. 95.461/1987;
- Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- art. 200 da CLT;
- art. 11 da Lei nº. 10.593/2002;
- Decreto nº 4.552/2002.

A finalidade da emenda é proporcionar a continuidade das atividades da Inspeção do Trabalho, sobretudo aquelas relacionadas ao combate ao trabalho análogo ao de escravo e ao trabalho infantil, ao combate à informalidade nas relações de emprego, às verificações das condições de segurança e saúde nos diversos ambientes de trabalho com vistas à prevenção de acidentes e doenças, à promoção de ambientes seguros , à auditoria de inadimplência e sonegação do FGTS e ao cumprimento da cota destinada às pessoas com deficiência e aos aprendizes.

Cabe ressaltar que as atribuições da Inspeção do Trabalho também impactam direta e positivamente no Sistema de Seguridade Social, com maior projeção na Saúde e Previdência, sendo interesse da sociedade a manutenção de uma força de trabalho produtiva, sadia e que dependa menos da Previdência e dos serviços da saúde. Assim, além das importantes funções sociais exercidas pelos Auditores-Fiscais do Trabalho no sentido da inclusão no mercado de trabalho e da promoção do trabalho digno, há, em especial, a função de evitar que o Estado Brasileiro tenha de destinar mais recursos para a Saúde ou ainda para Previdência, para custear benefícios por incapacidade decorrentes de acidentes de trabalho ou do adoecimento ocupacional.

Recursos oriundos de emendas parlamentares poderão custear despesas com combustível, manutenção de viaturas, passagens e diárias, além de gastos em investimento como compra de novas viaturas, coletes balísticos, drones, entre outros bens necessários. Os recursos, portanto, serão importantes para que a Inspeção do Trabalho consiga alcançar os locais mais remotos, justamente os mais vulneráveis à exploração do trabalho escravo, uma vez que é preciso trafegar em estradas de terra, estradas cascalhadas, atoleiros, passagens molhadas, etc. A utilização dos veículos em condições extremamente adversas gera um desgaste, por exemplo nos veículos e nos jogos de pneus acima do natural, reduzindo sua vida útil e gerando necessidade de troca acima da média de um veículo e de pneus usados em condições normais.

Assim, os recursos seriam aplicados, por exemplo, nas ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo (GEFM), que atendem demandas em locais remotos e aquelas que envolvem técnica e logística especializada para as quais as unidades descentralizadas não possuem recursos específicos para o deslocamento territorial, um fator determinante para o sucesso destas operações.

Além destas ações, compete ao Auditor-Fiscal do Trabalho a verificação das condições de segurança e saúde ocupacional nas empresas. Essas ações podem resultar inclusive em interdição de máquinas ou embargos de obra, por exemplo, quando constatado grave e iminente risco à saúde dos trabalhadores.

Devido à natureza própria dessas atividades, os Auditores-Fiscais do Trabalho tornam-se vulneráveis a hostilidades, ameaças e agressões, no exercício de seu múnus público, correndo riscos à integridade e segurança no exercício de suas atribuições. Nesse sentido, por exemplo, o fornecimento de coletes balísticos às equipes de fiscalização, nas situações que ofereçam risco à vida e integridade dos Auditores-Fiscais do Trabalho, é medida de proteção necessária a ser adotada.

As demais atividades de fiscalização do trabalho rural também podem oferecer riscos à categoria, uma vez que ocorrem muitas vezes em locais de difícil acesso, afastados dos órgãos de segurança pública, com serviços de comunicação instáveis ou inoperantes, expondo o Auditor-Fiscal do Trabalho a uma situação de vulnerabilidade, e portanto, intensificando possíveis situações de risco a sua integridade, por isso a necessidade de se equipar a Inspeção do Trabalho com as ferramentas mais modernas que existem, como a utilização de drones, sendo assim possível prever possíveis riscos no local de trabalho a ser inspecionado.

Por fim, a atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho permite a promoção do trabalho digno por meio de ações focadas na prevenção e no auto regularização, assegurando a aplicação das disposições legais concernentes às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores no exercício de suas profissões, de forma que é necessário recursos para poder continuar constantemente investidos em novas tecnologias da informação para se atingir tal objetivo.

AUTOR DA EMENDA

5038 - Com Mista Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad

Assinatura: _____

TIPO AUTOR

Comissão Mista do Congresso

Credenciado: _____



Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	-----
EMENTA		
4 - Dep. Túlio Gadelha - Criação de equipe de assistência humanitária multidisciplinar brasileira permanente		
MODALIDADE DE EMENDA		
Comissão		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		
ÁREA DE GOVERNO		
04 - Presidencia, Relações Exteriores e Min.Transp,Fisc.Cont		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO	
990 - Atípica / Outras	500 - ** ATÍPICO (Não Previsto na Geratriz)	
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO		
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
99000 - Órgão Genérico Geratriz	99908 - UO Genérica Geratriz - A.Gov. 04-Presid.e Rel.Exter.	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	07.212.2316.20X0.	
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	
07 - Relações Exteriores	212 - Cooperação Internacional	
PROGRAMA		
2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior		
AÇÃO		
20X0 - Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil		
SUBTÍTULO		
- Exterior		
LOCALIDADE BENEFICIADA	COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
8000000 - Exterior		

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR	
Operação realizada (unidade)		5	
em R\$ 1,00			
GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP	ACRÉSCIMO
4 Investimentos	80 Transferências ao Exterior	6	5.000.000
		TOTAL:	5.000.000
CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS			
SEQUENCIAL FONTE GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP
000003557 1000 9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2
		TOTAL:	5.000.000
JUSTIFICATIVA			

Criação de equipe de assistência humanitária multidisciplinar brasileira permanente para a atuação em grandes emergências e desastres no exterior.

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5038 - Com Mista Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad	Comissão Mista do Congresso
Assinatura: _____	Credenciado: _____



Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 29/2023 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024

Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	-----
EMENTA		
8 - Sen. Mara Gabrilli - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos - LOA		
MODALIDADE DE EMENDA		
Comissão		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		
ÁREA DE GOVERNO		
05 - Justiça e Segurança Pública		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO	
591 - Promoção/Fomento do/da	003 - Justiça	
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO		
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	14.422.5115.2017.	
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	
14 - Direitos da Cidadania	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	
PROGRAMA		
5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos		
AÇÃO		
2017 - Promoção da Política Nacional de Justiça		
SUBTÍTULO		
- Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante - Nacional		
LOCALIDADE BENEFICIADA	COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
9000000 - Nacional		

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Política apoiada (unidade)		1
		em R\$ 1,00
GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	8
4 Investimentos	90 Aplicações Diretas	8
		ACRÉSCIMO
		TOTAL: 20.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	CANCELAMENTO
SEQUENCIAL FONTE GND				
000003557	99 A Definir	0	2	20.000.000
1000				
9 Reserva de Contingência				
				TOTAL: 20.000.000

JUSTIFICATIVA
A presente emenda de iniciativa da Senadora Mara Gabrilli, tem o objetivo de apoiar a implementação de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM). Tendo em vista que o tráfico de pessoas é uma das mais graves violações de direitos humanos, seu enfrentamento deve ser tratado como uma política pública prioritária do Estado brasileiro. O seu combate exige grande mobilização da sociedade e de instituições ligadas a saúde, justiça, educação, trabalho e assistência social. Além da prevenção ao tráfico de pessoas, a emenda tem o objetivo de fornecer assistência pública às vítimas desse crime, fortalecer a rede de enfrentamento ao tráfico, bem como a conscientização pública sobre o tema. Tais iniciativas beneficiarão agentes públicos e organizações da sociedade civil que atuam nesta seara, bem como as vítimas diretas e indiretas do tráfico de pessoas, muitas delas migrantes, refugiadas ou apátridas.

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5038 - Com Mista Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad	Comissão Mista do Congresso
Assinatura:	Credenciado:



Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	-----
EMENTA 6 - Dep. Túlio Gadelha - KIT ACOLHIDA DO MIGRANTE		
MODALIDADE DE EMENDA Comissão		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA 10 - Orçamento Fiscal		
ÁREA DE GOVERNO 05 - Justiça e Segurança Pública		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO 591 - Promoção/Fomento do/da	TIPO DE REALIZAÇÃO 003 - Justiça	
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO		
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 14.422.5115.2017.		
FUNÇÃO 14 - Direitos da Cidadania	SUBFUNÇÃO 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	
PROGRAMA 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos		
AÇÃO 2017 - Promoção da Política Nacional de Justiça		
SUBTÍTULO - Nacional		
LOCALIDADE BENEFICIADA 9000000 - Nacional	COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR	
Política apoiada (unidade)		100	
			em R\$ 1,00
GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP	ACRÉSCIMO
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	6	50.000.000
		TOTAL:	50.000.000
			em R\$ 1,00
CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS		ID RP	CANCELAMENTO
SEQUENCIAL FONTE GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO		
000003557 1000 9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0 2	50.000.000
		TOTAL:	50.000.000

JUSTIFICATIVA
O acolhimento da pessoa migrante no âmbito da saúde deve levar em conta a interculturalidade e uma possível diferença de idioma, desenvolvendo uma escuta qualificada voltada às suas necessidades. Deve-se favorecer e garantir o acesso oportuno dessas pessoas às tecnologias adequadas às suas necessidades, aumentando a efetividade das práticas de saúde. Resguardado pelo princípio da equidade e da universalidade do SUS, o acolhimento adequado permite que todos sejam atendidos de forma singular, levando em consideração a avaliação de seus determinantes sociais de saúde específicos, suas vulnerabilidades, gravidade e risco dos condicionantes de saúde.

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5038 - Com Mista Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad	Comissão Mista do Congresso
Assinatura: _____	Credenciado: _____



Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	-----
EMENTA		
7 - Dep. Túlio Gadelha - Apoio à Mulher Brasileira no Exterior		
MODALIDADE DE EMENDA		
Comissão		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		
ÁREA DE GOVERNO		
04 - Presidência, Relações Exteriores e Min. Transp, Fisc. Cont		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO	
990 - Atípica / Outras	500 - ** ATÍPICO (Não Previsto na Geratriz)	
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO		
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
99000 - Órgão Genérico Geratriz	99908 - UO Genérica Geratriz - A.Gov. 04-Presid.e Rel.Exter.	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	07.211.2316.2015.	
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	
07 - Relações Exteriores	211 - Relações Diplomáticas	
PROGRAMA		
2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior		
AÇÃO		
2015 - Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior		
SUBTÍTULO		
- Nacional		
LOCALIDADE BENEFICIADA	COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
9000000 - Nacional		

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Pessoa atendida (unidade)		5
		em R\$ 1,00
GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	6
		ACRÉSCIMO
		20.000.000
	TOTAL:	20.000.000
CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS		
SEQUENCIAL FONTE GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID RP
000003557 1000 9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0 2
		20.000.000
	TOTAL:	20.000.000

JUSTIFICATIVA	em R\$ 1,00
visa à manutenção do serviço de apoio especializado dos Espaços da Mulher Brasileira (EMuB) nos Consulado-Gerais do Brasil que já dispõem do serviço, bem como criar novas unidades em Londres, Bruxelas, Buenos Aires, Madri e Miami.	

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5038 - Com Mista Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad	Comissão Mista do Congresso
Assinatura: _____	Credenciado: _____



Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	-----
EMENTA		
10- Sen. Mara Gabrilli - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo - LOA		
MODALIDADE DE EMENDA	SEQUENCIAL	
Comissão	000000805	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
20000 - Presidência da República	20101 - Presidência da República
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	04.131.0032.2017.0001
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
04 - Administração	131 - Comunicação Social
PROGRAMA	
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	
AÇÃO	
2017 - Comunicação Institucional	
SUBTÍTULO	
0001 - Nacional	
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Comunicação institucional realizada (unidade)	1	1

GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP	ACRÉSCIMO
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	8	3.000.000
4 Investimentos	90 Aplicações Diretas	8	2.500.000
TOTAL:			5.500.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID RP	CANCELAMENTO
000003557 1000 9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0 2	5.500.000
TOTAL:			5.500.000

JUSTIFICATIVA

A emenda tem o objetivo de apoiar a implementação de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM). Tendo em vista que o tráfico de pessoas é uma das mais graves violações de direitos humanos, seu enfrentamento deve ser tratado como uma política pública prioritária do Estado brasileiro. O seu combate exige grande mobilização da sociedade e de instituições ligadas à saúde, justiça, educação, trabalho e assistência social. Além da prevenção ao tráfico de pessoas, a emenda tem o objetivo de fornecer assistência pública às vítimas desse crime, fortalecer a rede de enfrentamento ao tráfico, bem como a conscientização pública sobre o tema. Tais iniciativas beneficiarão agentes públicos e organizações da sociedade civil que atuam nesta seara, bem como as vítimas diretas e indiretas do tráfico de pessoas, muitas delas migrantes, refugiadas ou apátridas.

AUTOR DA EMENDA

5038 - Com Missa Permanente sobre Mig Internacionais e Refugiados

Assinatura: _____

TIPO AUTOR

Comissão Mista do Congresso

Credenciado: _____



Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	-----
EMENTA		
9 - Sen. Mara Gabrilli - CMMIR - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos - LOA		
MODALIDADE DE EMENDA	SEQUENCIAL	
Comissão	000001464	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO		
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
35000 - Ministério das Relações Exteriores	35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	07.212.2316.20X0.0001	
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	
07 - Relações Exteriores	212 - Cooperação Internacional	
PROGRAMA		
2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior		
AÇÃO		
20X0 - Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil		
SUBTÍTULO		
0001 - Nacional		
LOCALIDADE BENEFICIADA		
9000000 - Nacional		

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA		META	QTD META A ALTERAR	
Operação realizada (unidade)		6	1	
GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP	em R\$ 1,00	
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	8	1.500.000	
4 Investimentos	90 Aplicações Diretas	8	2.000.000	
			TOTAL:	3.500.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS		MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	CANCELAMENTO
SEQUENCIAL	FONTE	GND			
000003557	1000	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0 2	3.500.000

JUSTIFICATIVA
A presente emenda visa oferecer apoio humanitário a países e populações que se encontram em situação de emergência: calamidade pública; convulsão social; desastre socioambiental; conflito armado; insegurança alimentar; risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos e humanitários, aliando ações preventivas, emergenciais e estruturantes. São recursos destinados para a aquisição e doação de materiais para ações humanitárias: alimentos, medicamentos e artigos para abrigos; apoio logístico para o deslocamento de equipes de busca e resgate e pessoal especializado; construção de abrigos e hospitais de campanha; transporte para áreas fora da zona de risco e repatriações coletivas; apoio a deslocados internos e refugiados e capacitação para cooperação humanitária, inclusive para a realização de ações estruturantes pós-emergência.

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5038 - Com Mista Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad	Comissão Mista do Congresso
Assinatura:	Credenciado:



Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	-----
EMENTA		
5 - Dep. Túlio Gadelha - Promoção dos Direitos de Migrantes, Refugiados e Apátridas		
MODALIDADE DE EMENDA		
Comissão		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		
ÁREA DE GOVERNO		
31 - Direitos Humanos e de Cidadania		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO	
311 - Defesa do/de	288 - Direitos Humanos	
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO		
ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	14.422.5837.21G5.	
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	
14 - Direitos da Cidadania	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	
PROGRAMA		
5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações		
AÇÃO		
21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações		
SUBTÍTULO		
- Nacional		
LOCALIDADE BENEFICIADA	COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
9000000 - Nacional		

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Iniciativa apoiada (unidade)		1.000
		em R\$ 1,00
GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	6
4 Investimentos	90 Aplicações Diretas	6
		ACRÉSCIMO
		TOTAL: 40.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS	em R\$ 1,00			
SEQUENCIAL FONTE GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	CANCELAMENTO
000003557	99 A Definir	0	2	40.000.000
1000				
9 Reserva de Contingência				
				TOTAL: 40.000.000

JUSTIFICATIVA
Estabelecimento de ações de promoção e proteção de direitos humanos de pessoas imigrantes e refugiadas acolhidas no país, de todas as nacionalidades, que passam por adversidades e que se encontrem em situação de vulnerabilidade.

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5038 - Com Missa Perm sobre Mig Internacionais e Refugiad	Comissão Mista do Congresso
Assinatura:	Credenciado: